

José Manuel Pedroso da Silva

A BANDEIRA NACIONAL PARA ALÉM DO MITO



Edição de autor

A BANDEIRA NACIONAL PARA ALÉM DO MITO

José Manuel Pedroso da Silva

A BANDEIRA NACIONAL PARA ALÉM DO MITO

Edição de autor

Título: **A BANDEIRA NACIONAL PARA ALÉM DO MITO***

Autor: *José Manuel Pedroso da Silva*

Edição: de autor

Capa: do autor, sobre imagem de *Euphorbia pulcherrima Willd***

ISBN: **978-989-20-2112-6**

Depósito legal: **315 378/10**

Tiragem: **100 exemplares unicamente destinados a ofertas**

Agência Nacional ISBN Av. Estados Unidos da América, 97 – 6º esq. • 1700-167 Lisboa tel.: 21 847 35 91 • e-mail: isbn@apel.pt Site: http://www.apel.pt Pedido de atribuição de ISBN
Editor: Silva, José Manuel Pedroso da
Prefixo de Editor: 989-20-2112
Autor(es): Silva, José Manuel Pedroso da
Título: A Bandeira Nacional Para Além do Mito
Suporte: Papel _X_ Encadernação: Brochada _X_ Cartonada ___ Encadernada
Obra em _____ Volumes
ISBN: 978-989-20-2112-6

* Comunicação integrada nas comemorações do centenário da República organizadas pela **Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense** (apresentada a 5 de Outubro de 2010 na sede da mesma).

** Arbusto que em Timor se designa por «república», em virtude de, em determinada época do ano, apresentar uma coloração que faz lembrar a bandeira que surgiu com a implantação do regime republicano em Portugal (Catálogo de Plantas de Macau, planta n.º 379, pág. 52).

Dedicatória

Aos meus Netos

**Guilherme Pedroso Reis e
Henrique Pedroso Reis**

a quem desejo que cresçam na compreensão e no respeito pelas Sociedades, pelos seus códigos, pelos seus símbolos e pelos seus mitos.



Agradecimentos

Aos que sonharam e acreditaram que a Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense podia assinalar o centenário da República com um programa vivo e diversificado, o meu reconhecimento.

Aos que tornaram possível este trabalho e a sua edição, quer através de sugestões, de esclarecimentos, pela cedência de material, pela permissão para fotografar, pela optimização da apresentação em *PowerPoint* ou por quaisquer outras formas, a minha gratidão.

Embora correndo o risco, sempre desagradável, de cometer qualquer omissão involuntária, não posso deixar sublinhar em particular as seguintes pessoas e instituições a quem renovo o meu muito obrigado:

Albertino da Silva Calamote, António Júlio Emerenciano Estácio, Carlos Moral Reis, Cymhpt Huseyin Yilmaz, Inácio Joaquim Moutinho Beirão, Jornal Público, Manuel Ferreira Teixeira, Maria João Lemos Rodelo, Museu Militar de Lisboa, Paulo Antunes, Paulo Jorge Estrela, Pedro Manuel Carvalho da Mota, Rute Loureiro, Vasco Pestana, Vítor Loureiro.

À Maria Laura, pela compreensão que manifesta em relação aos meus longos «retiros» junto do computador e pela permanente disponibilidade para efectuar sucessivas leituras e assim, com comprovada lucidez, ajudar a «limar as muitas e angulosas arestas» dos meus trabalhos, a expressão do meu apreço e carinho.

... para além do mito

Nos deslocamentos militares, uma figura era colocada no topo de um mastro com a função de identificar o grupo que seguia à sua retaguarda.

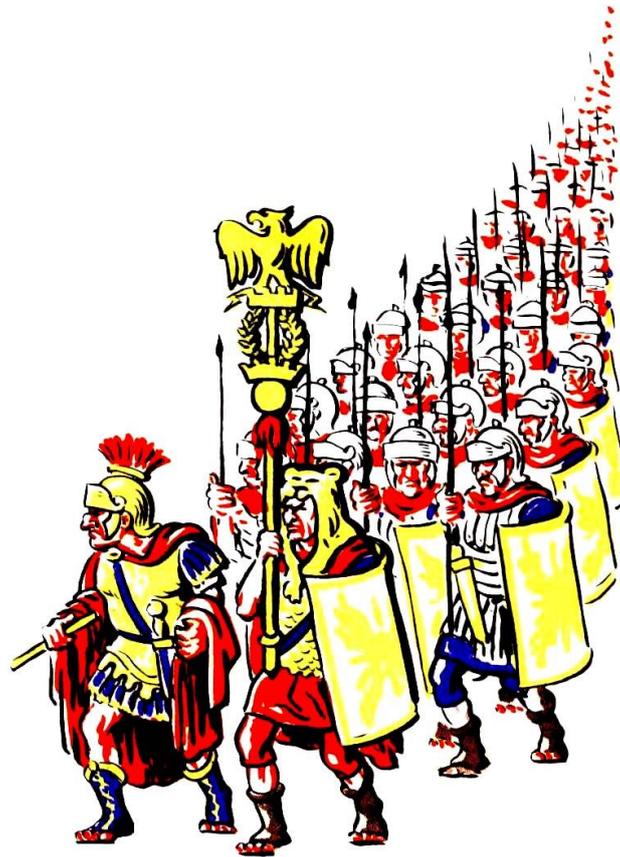


Figura 1: A Águia de Roma Antiga [Iain MONCREIFEE; Don POTTINGER, Simple Heraldry, pág. 28].

Com o andar dos tempos essa figura começou, muitas vezes, a incluir um pano que, ao esvoaçar ao vento, a tornava mais

chamativa. Depois, as próprias figuras simbólicas foram cosidas ou pintadas no pano, outrora usado como mero ornamento.

Eis uma bandeira: um pedaço de pano hasteado que se destinava a identificar os diferentes beligerantes no campo de batalha. Ao mesmo tempo que identificava, uma bandeira assinalava posições, definia a manobra táctica, encorajava.

Hoje, representa um povo, uma instituição, ou mesmo um indivíduo.

Ao representar um povo, que nela projecta as suas glórias e as suas aspirações, uma bandeira transcende-se a si própria. Os elementos que a constituem atingem um significado que ultrapassa largamente o real, e o mito ganha consistência.

Durante o combate travado com Ricardo *Coração de Leão* e Frederico *Barba Ruiva*, Leopoldo II, duque de Áustria, ficou coberto de sangue devido aos ferimentos sofridos. Ao tirar o cinturão, uma faixa branca contrastava com o encarnado dominante. A participação decisiva e corajosa de Leopoldo neste combate é hoje recordada na bandeira austríaca.



Figura 2: O combate de Leopoldo II, duque de Áustria, travado contra Ricardo Coração de Leão e Frederico Barba Ruiva [Pierre JOUBERT, *L'héraldique*, pág. 91].



Figura 3: Bandeira da Áustria.

Muito semelhante é a explicação lendária que a Letónia dá à sua bandeira ao apontar-nos um duro combate contra os estónios no ano de 1280. Um letão ferido fora enrolado num lençol branco. A parte onde assentara o seu corpo mantivera o branco primitivo, mas as orlas que o cobriram ficaram tingidas com o sangue deste mártir pela liberdade do seu povo.

Godofredo, o *Veloso*, conde de Barcelona foi mortalmente ferido pelos normandos num combate ao lado de Carlos, o *Calvo* que, como reconhecimento da sua bravura o afagou e passou os seus quatro dedos ensanguentados pelo broquel de ouro de Godofredo, nascendo assim as armas de Aragão.



Figura 4: O conde de Barcelona ao lado de Carlos, o Calvo [Pierre JOUBERT, *L'héraldique*, pág. 91].



Figura 5: Escudo de armas de Aragão [desenho do autor].

E em Portugal?

Não há igualmente explicações míticas para o aparecimento dos elementos que constituem a nossa bandeira?

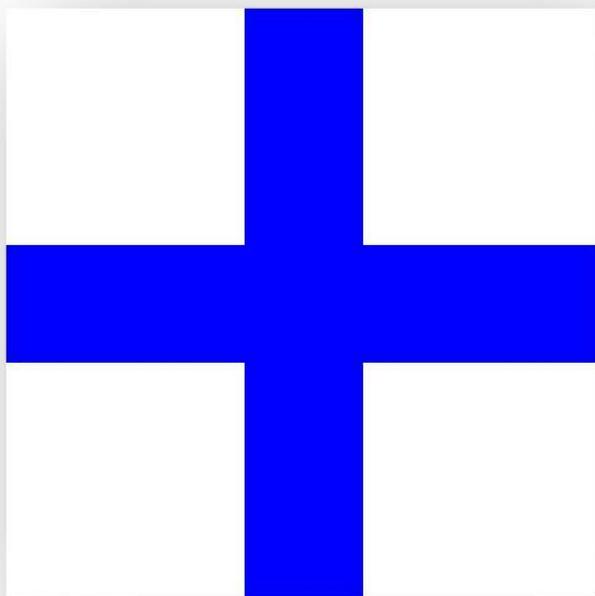


Figura 6: Bandeira da Fundação (Conde D. Henrique).

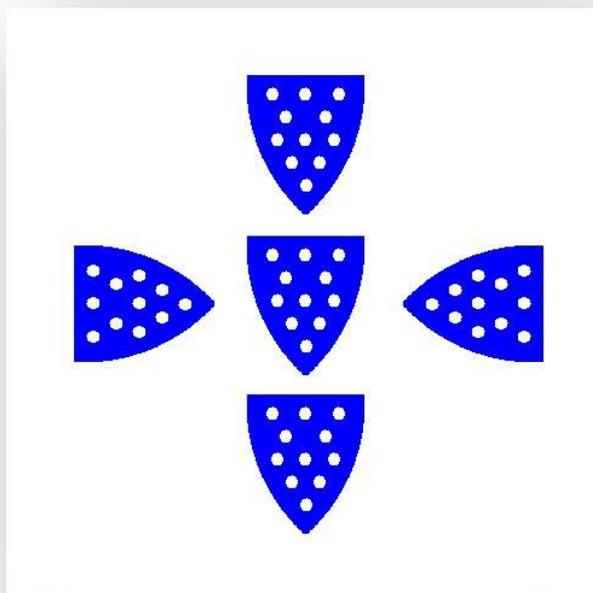


Figura 7: Bandeira de D. Sancho I (ou ainda de D. Afonso Henriques (?)).

A primeira delas, que ficou conhecida por «milagre de Ourique», refere-se à origem dos escudetes, vulgarmente designados por quinas:

Cristo crucificado prometera a D. Afonso Henriques, nas vésperas da batalha de Ourique, a vitória sobre os mouros. Como reconhecimento, o rei «Conquistador» adoptou uma bandeira com cinco quinas em alusão aos cinco reis derrotados; os besantes dentro de cada uma das quinas representam as cinco chagas do Senhor.

Mesmo sem nos questionarmos em torno do número de besantes que, à época, grande parte das vezes, não era de cinco, proponho-vos que nos debrucemos sobre este episódio de um outro ângulo:

O Conde D. Henrique e o seu filho D. Afonso, 1.^o rei de Portugal, teriam usado um escudo de armas e uma bandeira, conhecida por bandeira da fundação, de prata, com uma cruz de azul.

Essa cruz, fisicamente, era constituída por duas tiras de cabedal, uma vertical e outra horizontal.

Para as fixar ao escudo as tiras foram pregadas nas extremidades e na intersecção.

Para que a cruz ficasse perfeita bastava um pouco de tinta para tapar as marcas dos pregos.

A rudeza dos combates iria fazer desaparecer a tinta, ao mesmo tempo que provocava desgaste nas zonas de cabedal que não haviam sido pregadas. Aqui está outra teoria que justifica o aparecimento das quinas.

Pensemos agora nos castelos que passaram a integrar a bandeira no reinado de D. Afonso III e que, no conceito tradicional, simbolizam a conquista do Algarve. São em número de sete e as pessoas da minha geração ainda se lembram de lhes ter sido ensinado na escola primária a que localidades correspondiam: Albufeira, Paderne, Castro Marim, Cacela, Estômbar, Sagres e Aljezur.

A primeira dúvida que esta explicação nos suscita está no número de castelos. É fácil encontrar armas nacionais com um número bem diferente: 22 na torre de menagem do castelo de Estremoz ou 13 no chafariz do Largo do Andaluz, em Lisboa, para só citar dois exemplos.

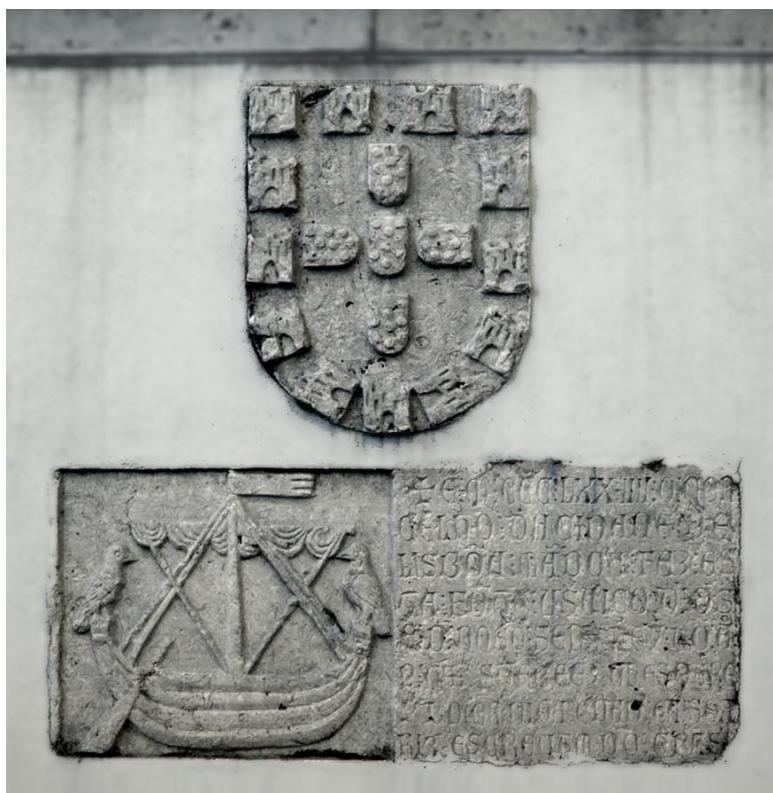


Figura 8: Pedra de Armas do chafariz, Largo do Andaluz, Lisboa, 1336
[fotografia do autor].

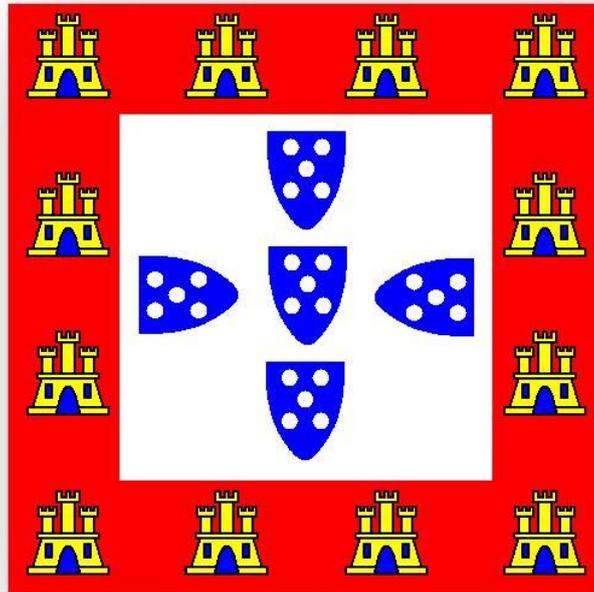


Figura 9: Bandeira de D. Afonso III.

Do casamento de Afonso VIII de Castela, com Leonor de Inglaterra, nasceram três filhas, Dona Berengera, Dona Branca e Dona Urraca.

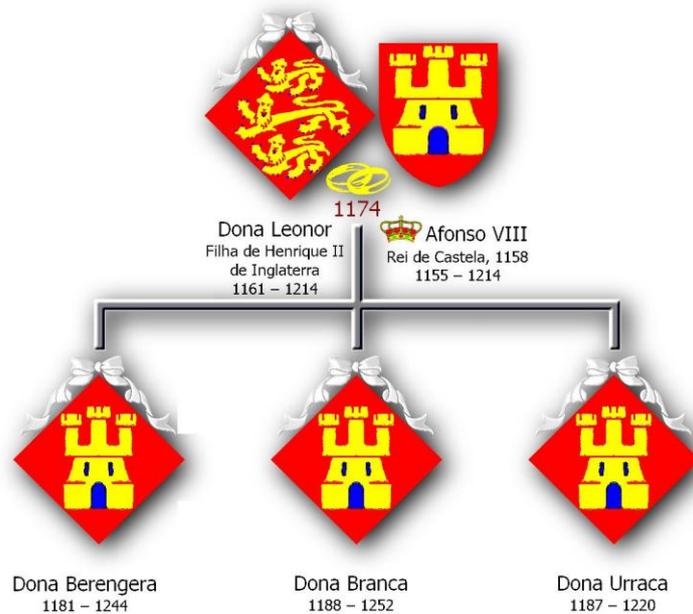


Figura 10: Filhas de Afonso VIII de Castela.

Dona Berengera casou com Afonso IX de Leão, Dona Branca com Luís VIII de França e Dona Urraca, como bem sabemos, com D. Afonso II.

Destes casamentos nasceram respectivamente: Fernando III, rei de Castela e mais tarde, de Leão, São Luís (IX) de França e D. Sancho II.

Antes de prosseguirmos, devo introduzir a seguinte nota: o mesmo escudo de armas não pode ser usado simultaneamente por duas pessoas. Então, no sentido de individualizar as armas, foram criados sistemas codificados de alterações, designados em Heráldica por «diferenças». Uma delas, a «adição de uma bordadura, foi, em tempos antigos, muito comum nas armas dos segundos filhos...»¹.

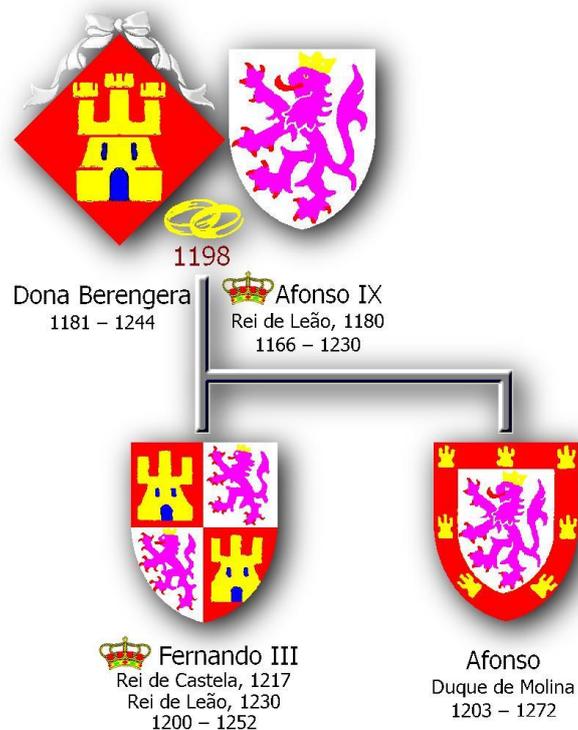


Figura 11: A bordadura como diferença nas armas do duque de Molina.

O segundo filho, do primeiro casamento, Afonso, duque de Molina, usou as armas do pai com uma bordadura carregada de castelos (das armas da mãe). Com Carlos, conde de Anjou, passou-se o mesmo: usou as armas do pai e, como diferença, a bordadura carregada de castelos (das armas da mãe). D. Afonso III, tal como

¹ G.L. Santos FERREIRA, *Armorial Português*, pág. 64.

os seus primos, duque de Molina e conde de Anjou, acrescentou às armas do pai uma bordadura carregada de castelos.

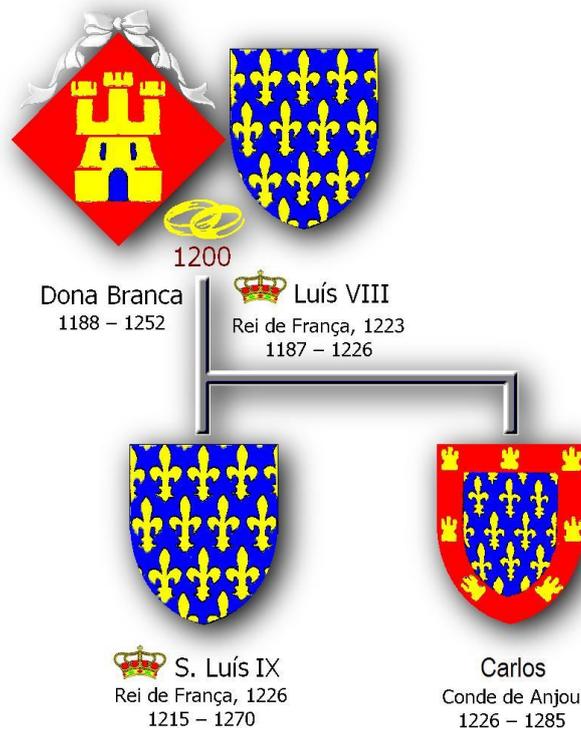


Figura 12: A bordadura como diferença nas armas do conde de Anjou.

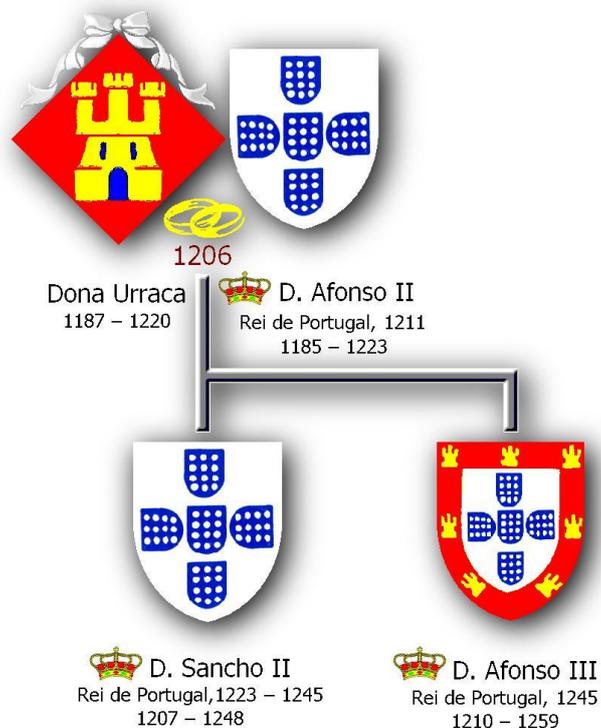


Figura 13: A bordadura (...) nas armas de D. Afonso III.

Porquê? Pela conquista do Algarve, ou porque, não podia ter as mesmas armas do seu irmão mais velho e, para as diferenciar, procedeu como os primos?

Deixo-vos mais esta interrogação.

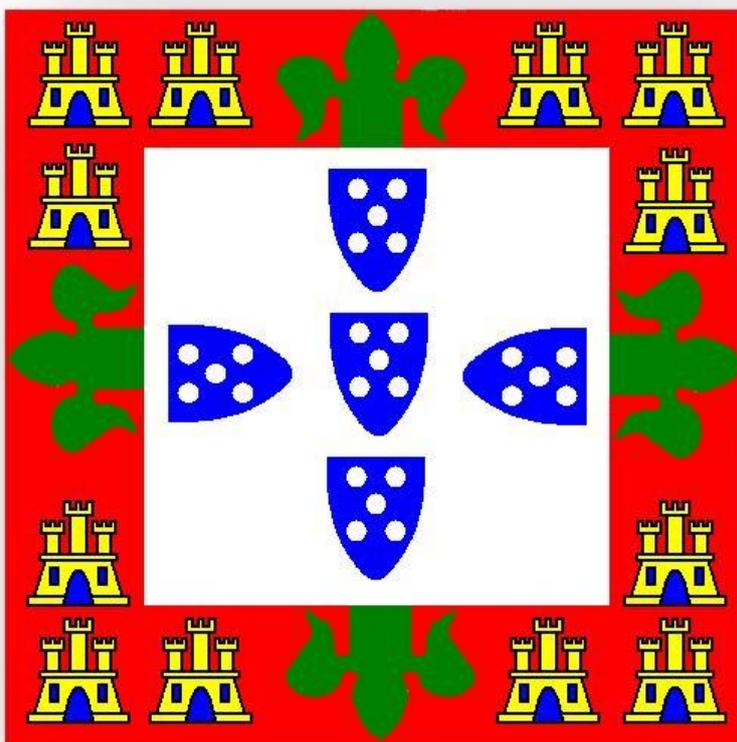


Figura 14: Bandeira de D. João I.

Com a subida ao trono de D. João I, as armas do reino passaram a figurar sobrepostas à cruz da Ordem de Avis, «*com as pontas della fora do escudo por nã parecer da essencia delle*», como nos afirma Rui de Pina na Crónica de D. João II. Segundo o mesmo autor, «*despois por negrigencia, e pouco aviso dos pintores, e officiaes, foy por longo tempo, e por erro metida dentro do Escudo...*», como acontece frequentemente nos reinados de D. Duarte e de D. Afonso V. Nas armas reais oferecidas por D. João I à igreja de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães vê-se claramente a cruz de Avis por detrás do escudo e não dentro dele.



Figura 15: «Armas de D. João I com o escudo sobreposto à cruz da Ordem de Avis. Pormenor de um dos brasões de armas do tríptico de prata dourada e esmaltes, oferecido pelo monarca à Igreja de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães e executado com a prata do seu peso com todas as armas, depois da Batalha de Aljubarrota» (sic.) [João Paulo de Abreu e LIMA – **Armas de Portugal – Origem – Evolução – Significado**, pág. 111].

A mesma disposição encontra-se nos conjuntos heráldicos² do pórtico sul do Mosteiro da Batalha.



*Figura 16: Primitiva pedra de Armas de D. João I do pórtico sul do Mosteiro da Batalha [João Paulo de Abreu e LIMA – **Armas de Portugal – Origem – Evolução – Significado**, pág. 109].*

² A encimar o conjunto, estão representadas as armas de D. João I com elmo, coroa, paquife e timbre (a reconstrução do séc. XIX copiou fielmente a disposição original); por baixo, lado a lado, as armas de Dona Filipa de Lencastre e, novamente as armas de D. João I, na versão escudo e coroa (sem elmo, paquife ou timbre). Em qualquer dos três conjuntos heráldicos o escudo está sobreposto à cruz da Ordem de Avis.



Figura 17: Página do manuscrito latino n.º 28 da John Rylands Library de Manchester, de origem portuguesa, com texto datado de 1416 [João Paulo de Abreu e LIMA – Armas de Portugal – Origem – Evolução – Significado, pág. 115].

No estandarte real, contudo, limitado a um quadrado, as pontas da cruz de Avis não podiam estar representadas sem ser dentro da bordadura como se pode observar numa ilustração datada de 1416.

Por seu turno, o escudo começou a seguir o mesmo critério de «arrumação» dos elementos heráldicos que usou este estandarte. Afiramar Avis (e a sua dinastia) era importante. Então, as pontas da cruz de Avis recolheram e, deste modo, passaram a fazer parte integrante do escudo.

No reinado de D. João II a representatividade das armas nacionais voltou a ser objecto de estudo que se pode sintetizar formulando três interrogações:

- Os novos territórios conquistados deviam ser, ou não, traduzidos em acrescentamentos às armas?
- Os escudetes laterais dever-se-iam manter apontados ao centro, ou passar a ficar pendentes, como qualquer dos restantes?
- As pontas da cruz de Avis deviam ser, ou não, eliminadas das armas?

A decisão em relação à primeira pergunta foi negativa, isto é, a expansão marítima não se reflectiu na aposição de outros elementos nas nossas armas.

Quanto ao reposicionamento das quinas laterais, foi feito o que o rigor heráldico aconselhava passando todas elas a ficar na mesma posição: os elementos que entram numa composição heráldica têm as suas posições próprias. Quando não são cumpridas estão a desprestigiar quem se faz representar por elas.

Se estas questões não ofereceram grandes dúvidas, já o mesmo não se pode dizer em relação à terceira: Por causa dela, o estudo prolongou-se por três anos – de 1482 a 1485 – dadas as diferentes maneiras de encarar a presença da cruz de Avis nas armas reais. Para uns, devia ser eliminada porque era uma marca identificativa dos mestres e comendadores da Ordem, mas não do rei. Para outros, porém, nunca se deveriam banir as marcas de Avis.

A cruz de Avis foi retirada do escudo nacional e assim chegámos ao ordenamento heráldico que perdura até hoje.

Com D. Manuel I a bandeira, que até aí correspondia à projecção no quadrado dos elementos do escudo, passou a conter o próprio escudo encimado pelo atributo real, a coroa que, para indicar o reforço do poder régio, passou a ser fechada no reinado de D. Sebastião.

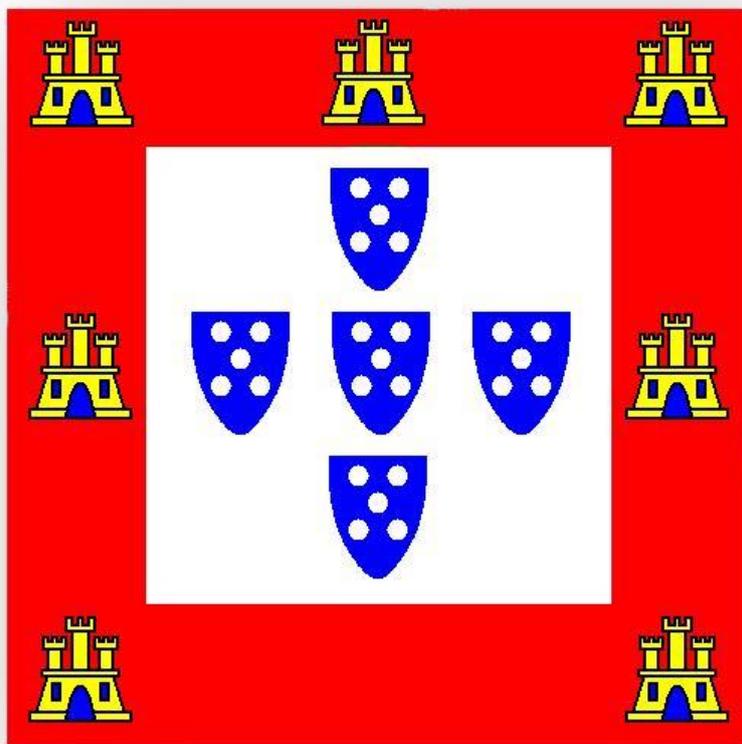


Figura 18: Bandeira de D. João II.

D. João IV aumenta-lhe o número de diademas e inclui nela um barrete vermelho.

A partida da família real para o Brasil, no início do século XIX veio reconhecer a este território a mesma importância política que, do ponto de vista económico, já possuía. O Brasil é elevado a reino.

A bandeira, mais uma vez, foi alterada, traduzindo a nova realidade política: Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. As armas do Reino de Portugal e dos Algarves foram sobrepostas às armas do Brasil, a esfera armilar.



Figuras 19, 20 e 21: Bandeiras de D. Manuel I, D. Sebastião e D. João IV.



Figura 22: Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (D. João VI).

Uma voga trazida da Revolução Francesa foi o uso de rosetas (ou laços) que, através das suas cores, identificavam nacionalidade ou simpatia por determinada corrente política.

Em 1796, o príncipe regente D. João (futuro D. João VI), criou o laço nacional escarlata e azul escuro³, presente em estandartes e noutras insígnias militares da época. Com a revolução de 1820, os ventos da História mudaram de rumo e, no ano seguinte, o decreto de 1796 foi revogado⁴ e o novo laço nacional recupera as cores das armas reais desde o princípio da monarquia: o azul e o branco. A criação deste laço tem reflexos na bandeira nacional de 1830⁵ que

³ Decreto de 17 de Janeiro de 1796.

⁴ Decreto de 22 de Agosto de 1821.

⁵ Decreto de 18 de Outubro da Junta Governativa da Ilha Terceira.

passa a ser dividida entre o azul e o branco em cuja linha de separação, vertical, assenta o escudo, ficando metade para cada lado.



Figura 23: Retrato a óleo de oficial miguelista vendo-se, na cobertura de cabeça, o laço azul escuro e escarlata [fotografia de Paulo Estrela].



Figura 24: Barretina de Oficial de Cavalaria da Guarda Nacional de Faro, 1834, vendo-se o laço nacional em uso a partir de 1821: azul e branco [fotografia do Museu Militar].



Figuras 25 e 26: As duas versões da bandeira de 1830 (regência de D. Pedro IV em nome da Rainha) de acordo com os decretos da Repartição da Guerra e da Repartição de Marinha.

Ao mesmo tempo, são definidas as áreas que correspondem a cada uma das cores. Assim, o azul e o branco ocupam o mesmo espaço, nas bandeiras do Exército⁶, ao contrário do que acontece na Marinha⁷, onde o branco ocupa o dobro do azul. Esta diferença era explicada pelo facto das bandeiras dos navios, mais sujeitas aos caprichos de Eolo, se danificarem mais rapidamente. Um pouco mais de pano, aumentar-lhes-ia a durabilidade.

A bandeira azul e branca viria a ser usada até 1910.

Com a implantação da República proliferam um sem número de propostas e opiniões acerca da necessidade de alterar ou manter as cores da bandeira.

Logo no dia 15 de Outubro é nomeada uma comissão, para apresentar um projecto, «*[c]onsiderando que a bandeira é o símbolo da Pátria e importando definir e resolver sobre a representação moral da nacionalidade...*»⁸.

Entretanto, o jornal *O Mundo*, pela pena do próprio Presidente do Governo Provisório da República, Teófilo Braga, lançava o mote, ao publicar um extenso artigo que apontava para a substituição das cores da bandeira pelo vermelho e o verde.

Se para uns a bandeira devia manter-se azul e branca, retirando-lhe apenas o elemento simbólico que representava o regime deposto, a coroa, para outros a alteração devia contemplar as cores que levaram os republicanos à vitória: o verde e o vermelho. Estas eram, em síntese, as principais maneiras de olhar para a futura bandeira. Não se pense que elas representavam apenas a clivagem entre republicanos e monárquicos, já que figuras insuspeitadas do novo regime defendiam as cores que, desde D. Afonso Henriques, eram presença constante na nossa bandeira: Guerra Junqueiro, António Arroio ou Braamcamp Freire, por exemplo.

A opinião pública acompanhou a controvérsia, inflamada e interessadamente através dos jornais.

Muita tinta correu com algumas peças de fino recorte literário das quais me permito destacar um excerto da conferência realizada no Teatro Nacional de São Carlos por Alexandre Braga:

*«... a nossa bandeira é verde e é vermelha,
para que nela se veja sobre o verde glauco dos
mares nunca dantes navegados o vermelho*

⁶ Decreto expedido pela Repartição da Guerra.

⁷ Decreto expedido pela Repartição de Marinha.

⁸ Diário do Governo n.º 11 de 15 de Outubro de 1910.

incendiado das desconhecidas auroras que os olhos dos portugueses foram os primeiros a fitar.»

A primeira proposta da comissão não foi aceite, mas em 19 de Junho de 1911, a Assembleia Nacional Constituinte decretava⁹ a nova bandeira que é aquela que todos conhecemos.

Venceram os adeptos do verde e do vermelho mas o elemento essencial, o escudo, mantém o mesmo ordenamento há 525 anos (desde 1485, como já foi referido):

Escudo de prata, cinco escudetes de azul, postos em cruz, cada escudete carregado de cinco besantes de prata; bordadura de vermelho, carregada de sete castelos de ouro.



Figura 27: Bandeira nacional aprovada por decreto de 19 de Junho de 1911 da Assembleia Nacional Constituinte (da República).

O escudo assenta, na linha que separa o verde do vermelho, numa esfera armilar cujo diâmetro é metade da altura da bandeira que, por sua vez, é rectangular de três por duas vezes.

O verde e o vermelho ocupam respectivamente as áreas de dois quintos e de três quintos¹⁰. A diferença das áreas que muitos

⁹ Diário do Governo n.º 141 de 20 de Junho de 1911.

pretendem justificar com acrisolado patriotismo, valorizando muito justamente o sangue derramado tem, afinal de contas, uma motivação tão prosaica como em 1830: os efeitos devastadores do vento.

Passámos, em revista, as onze «metamorfoses» por que passou a nossa bandeira.

Com ela se festeja.

Com ela se conjugam esforços para continuar Portugal.

Com ela se preparam as gerações dos mais novos para enfrentar os desafios do futuro.



Figura 28: Daniela (fotografia de Vítor Loureiro).

¹⁰ No referido diploma de 19 de Junho, todavia discrepante do modelo que fora aprovado pelo governo provisório (Bandeira Nacional, Imprensa Nacional, Lisboa, 1910): cinco partes de verde para oito de vermelho.



Figura 29: Armas nacionais incorrectamente representadas – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários [fotografia do autor].

«A Bandeira Nacional, como símbolo da Pátria, representa a soberania da Nação e a independência, a unidade e a integridade de Portugal, devendo ser respeitada por todos os cidadãos»¹¹.

Respeitar uma bandeira é glorificar e perpetuar a História do Povo que representa. Por isso, há lugares do mundo onde a própria sombra da bandeira não pode ser pisada.

Todavia, em Portugal, nem sempre os nossos símbolos são tratados com a consideração que nos deveriam merecer.

Registam-se com demasiada frequência, utilizações incorrectas dos símbolos nacionais. Os besantes postos «em cruz» e não «em aspa», ou as cores por vezes trocadas da bandeira revelam, no mínimo, falta de atenção.

Outros usos ultrapassam a mera desatenção para constituírem um claro desrespeito por todos nós.

Há bandeiras transformadas em rodilhas e outras içadas em estado absolutamente deplorável.

¹¹ Decreto-lei n.º 150/87 de 30 de Março.

Domingo
29 de Maio de 1994

Ano 5 n.º 1544
Diário
200\$00 (Continente)
230\$00 (Madeira) 250\$00 (Açores)
IVA incluído

Director **Vicente Jorge Silva**
Director-adjunto **Jorge Wemans**

Rua Amílcar Cabral 11.1. 1700 LISBOA
Rua N. S. de Fátima, 177-1. 4000 PORTO

PÚBLICO

edição LISBOA

Veja as "bombas"
da Telecel,
de 20 a 29 de Maio
na Exponor.

TELECEL
CORPORAÇÃO TELECOMUNICAÇÕES, S.A.

Líder do PSD dá o tom na abertura da campanha para as europeias

Cavaco contra todos

JOSÉ MANUEL RIBEIRO



- **PS:** Guterres em Matosinhos com começo morno de campanha
- **CDS:** Manuel Monteiro arranca em Aveiro em clima de festa p. 12 a 21

Secretas: as nossas e as dos outros

Apesar do escândalo com o SIS-Madeira e do inquérito do Ministério Público à Dinfo, os partidos não colocam dúvidas sobre a necessidade dos serviços de informações. É o resultado de um inquérito do PÚBLICO, que também foi ver o que há de novo no mundo da espionagem. p. 2 a 5

Benfica: a chave do 30º título

O estádio da Luz vai hoje encher-se para vitoriar os campeões da época 1993/94. No final de um dos mais negros períodos da sua história, o Benfica termina em festa o que começou em dor. Mas a substituição de Toni por Artur Jorge continua a ser uma peça importante do cenário. p. 6 a 9

O ambiente e o comércio mundial

A futura Organização Mundial do Comércio, que deverá surgir em 1995 em substituição do GATT, vai contar entre os seus órgãos com um Comité de Comércio e Ambiente. A ideia da criação deste comité só ganhou força depois da Conferência do Rio de Janeiro. p. 32

Sem abrigo e sem assistência médica

A população sem abrigo da cidade de Lisboa padece de graves problemas ao nível da saúde e do acesso aos serviços médicos. E um estudo recente veio mostrar que os homens e mulheres que vivem na rua estão praticamente excluídos do sistema de saúde por não terem residência. LOCAL

NOVO COLECIONÁVEL
TODOS OS DOMINGOS



GRANDE ATLAS
DAS ESTRADAS
DA EUROPA

ULTIMOS FASCÍCULOS DO
GRANDE ATLAS DO MUNDO

MAGAZINE



ISABEL
DE CASTRO

QUERO FAZER TEATRO
NEM QUE SEJA NA RUA

MANCHA

TUDO SOBRE
O EUROTÚNEL

PUBLICIDADE

YEMA AS HORAS PASSAM OS RELÓGIOS FICAM **AUFERMA**
COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A.

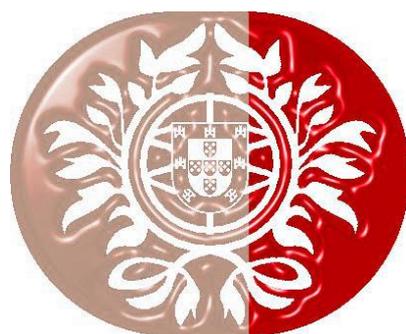
Figura 30: Primeira página do Público de 29 de Maio de 1994, onde se vê o primeiro-ministro de então a empunhar uma bandeira nacional em posição invertida [cortesia do jornal PÚBLICO].

Por vezes, para ilustrar determinada notícia, recorre-se à mutilação das armas nacionais.

A bandeira nacional, ao simbolizar a integridade de Portugal, não pode ser apresentada em posição invertida. Eis um princípio que compete a todos, sem excepção, respeitar. Os altos dignitários do Estado, ou as instituições públicas devem, por isso, constituir exemplos.

As armas nacionais, ao representarem a unidade de Portugal devem apresentar-se sempre no seu todo. A parte, indica divisão e a soberania do Estado é indivisível.

Esta afronta à dimensão simbólica e afectiva das nossas marcas identitárias pode levar-nos a pensar que afinal uma grande «fatia» do que julgávamos ser nosso, não o é, na realidade.



Figuras 31 e 32: Logótipo da Direcção-Geral de Impostos e desenho, presumivelmente inspirador.

E porque é de símbolos que temos estado a falar, deixem-me contar-vos uma pequena história:

Em ilustrações que nos chegam da Turquia figura, muitas vezes, um homem transportado no dorso de um burro, mas de forma pouco convencional.

Nasreddin Hoca, um pensador turco do século XIII, ao despedir-se das pessoas de uma comunidade vizinha, que o tinham convidado para fazer uma conferência, montou-se no seu burro, ao contrário, o que suscitou natural admiração e curiosidade.

Então Nasreddin explicou que o seu gesto era um sinal de respeito por todos os presentes.

Se no regresso a casa montasse o burro normalmente, virar-lhes-ia as costas, o que não era elegante.

Assim, ficaria sempre de frente para os que o tinham acolhido, manifestando-lhes desta forma, o seu respeito e a sua gratidão.

É pois desta forma que termino, agradecendo a vossa paciência.



Figura 33: Nasreddin Hoca.

Bibliografia

- Fontes impressas:

- **Bandeira Nacional**, Fac-símile da edição de 1910, publicada pela Imprensa Nacional, a partir de um exemplar da colecção da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, edição: Divisão de Edições da Assembleia da República, Lisboa, 2009 (ISBN 978--972556-521-6).
- **Catálogo de Plantas de Macau** = 澳門植物名錄 = **Catalogue of the Plants of Macau** – Câmara Municipal das Ilhas; Instituto de Investigação Científica Tropical, Macau, Lisboa, Junho de 1991.
- CONSTANTINO, Maria – **Guia Ilustrado das Bandeiras**, Editorial Estampa, Lda, Lisboa, 2005 (ISBN 972-33-2122-X).
- FERREIRA, G.L. Santos – **Armorial Português**, Livraria Universal, Lisboa, 1923.
- **Jornal Público** – edição de 29 de Maio de 1994, primeira página.
- **Jornal Público** – edição de 10 de Março de 1996, primeira página.
- JOUBERT, Pierre – **L'héraldique**, éditions Ouest – France, Rennes, 1984.
- LANGHANS, F P Almeida – **Heráldica, Ciência de Temas Vivos**, FNAT, Lisboa, 1966.
- LIMA, João Paulo de Abreu e – **Armas de Portugal – Origem, Evolução, Significado**, edições Inapa, Lisboa, 1998.
- LOUDA, Jiri; MACLAGAN, Michael – **Les Dynasties d'Europe**, Bordas, Paris, 1984 (ISBN 2-94-012873-5).
- MELO, Olímpio de – **A Bandeira Nacional**, Imprensa Nacional, Lisboa, 1924.
- MONCREIFEE, Iain; POTTINGER, Don – **Simple Heraldry**, Thomas Nelson and Sons, Ltd, London, 1959.
- NASCIMENTO, Aires Augusto – **Livro de Arautos**, (estudo codicológico, histórico, literário, científico, texto crítico e tradução do manuscrito latino n.º 28 da John Rylands

Library de Manchester, de origem portuguesa, com texto datado de 1416), edição de autor, Lisboa, 1977.

- NAVASCUES, Faustino Menendes Pidal de – ***Heraldica Medieval Española – I La Casa Real de Leon y Castilla***, Hidalguia, Madrid, 1982.
 - SEIXAS, Miguel Metelo de; PAÇO D'ARCOS, Isabel – ***Bandeiras de Portugal***, Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, Lisboa, Maio de 2004 (ISBN 972-99261-0-7).
 - ***Símbolos Nacionais***, Divisão de Relações Públicas do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Lisboa, Março de 1990 (2.^a edição) (ISBN 972-9423-15-6).
 - SMITH, Whitney – ***Flags through the ages and across the world***, McGraw-Hill Book Company, New York, 1978 (ISBN 0-07-059093-1).
 - VICENTE, Jorge Alberto Guerreiro – ***Bandeiras a Tope***, Edição de autor, Lisboa, 2008.
- **Fontes não impressas:**
- ESTÁCIO, António Júlio Emerenciano – Mensagens electrónicas de resposta às perguntas sobre o arbusto que os timorenses designam por «república», 10 de Julho de 2010.
 - <http://obelogue.blogspot.com/2005/09/o-carteiro-o-milagre-de-ourique.html>
 - http://redescolar.ilce.edu.mx/redescolar/publicaciones/public_reinos/flora/flor_de_noche_buena/flor_nb1-1.jpg
 - <http://tux.ly/blog/wp-content/2009/01/austria-flag.jpg>
 - <http://www.ctcomandos.com/images/en.jpg>
 - <http://www.highwaygold.co.uk/images/downloads/flags/reduced/latvia.jpg>
 - <http://www.temelaksoy.com/wp-content/uploads/2010/04/nasreddin-hoca-11.jpg>
 - TEIXEIRA, Nuno Severiano – ***Do azul-branco ao verde-rubro – A simbólica da bandeira nacional***, in <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/republica/simbolos/simbolica.html>.
 - YILMAZ, Cymhpt Huseyin – Mensagem electrónica de resposta à pergunta sobre o simbolismo do homem montado ao contrário, 26 de Maio de 2010.

Ilustrações

As figuras incluídas neste trabalho foram retiradas dos cerca de 100 diapositivos que complementaram a comunicação oral.

Para além dos elementos que constam das respectivas legendas, deve acrescentar-se o seguinte:

A fotografia da capa, *Euphorbia pulcherrima* Willd é a que consta do seguinte sítio:

http://redescolar.ilce.edu.mx/redescolar/publicaciones/publi_reinos/flora/flor_de_noche_buena/flor_nb1-1.jpg

A figura 3, Bandeira da Áustria, é a que consta do seguinte sítio:

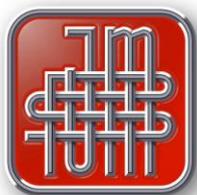
<http://tux.ly/blog/wp-content/2009/01/austria-flag.jpg>

As figuras 6, 7, 9, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26 e 27 (bandeiras históricas de Portugal) foram adaptadas pelo autor, a partir das figuras de **Símbolos Nacionais**, Divisão de Relações Públicas do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Lisboa, Março de 1990 (2.^a edição) (ISBN 972-9423-15-6).

As figuras 10 a 13 (quadros genealógicos) foram desenhados e adaptados pelo autor com base nas seguintes obras: Faustino Menendes Pidal de Navascues – **Heraldica Medieval Española** e Jiri Louda; Michael MacLagan – **Les Dynasties d'Europe**.

A figura 33, Nasreddin Hoca, após copiada do sítio abaixo mencionado foi tratada em *PhotoShop*, de forma a dar-lhe relevo e sombra:

<http://www.temelaksoy.com/wp-content/uploads/2010/04/nasreddin-hoca-11.jpg>



Composto por
José Manuel Pedroso da Silva
Rua Armando Cortez, 62, 4.º, esquerdo
2870 – 484 MONTIJO
E-mail: zedaota@gmail.com
Tel.: 212 312 380

Outubro de 2010
100 exemplares



José Manuel Pedrosa da Silva

- Nasceu em Lisboa em 1947.
- Director do Gabinete de Heráldica do Exército (nomeado em Janeiro de 1993).
- Membro, entre outras, das seguintes instituições: Academia Lusitana de Heráldica (académico fundador), Academia Portuguesa de Ex-líbris (académico de honra) e Batalhão Sagrado XXI (membro honorário).
- Integra o Grupo Coral da Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense, como tenor (admitido em Abril de 2007).

Trabalhos escritos difundidos:

● **As Conchas e o Homem** – edição de autor, Lisboa, 1989, CDU: 594(049.3) ● **Auxiliares de Visão Nocturna** – edição: Escola Militar de Electromecânica, Paço de Arcos, 1991, código: 3F 00-D01/ EMEI
● **A Heráldica do Exército na Actualidade** – separata de: Tabardo, n.º 1, 2002, edição: Universidade Lusíada, Lisboa, 2002, ISSN: 0874-8098, CDU: 929.6(=1:469)(042); 356(469)(042) ● **Os Símbolos Heráldicos da Vila de Almancil** – edição de autor, Lisboa, 2004, ISBN: 972-9119-30-9, DEP. LEGAL: PT -- 215501/04, CDU: 929.6(469.601); 929.6(469.601.18) ● **As Aves no Armorial do Exército** – separata de: Tabardo, n.º 3, 2006, edição: Universidade Lusíada, Lisboa, 2006, CDU: 929.6(469)(042); 598.2(469)(042); 356(469)(042).

Artigos para diversos órgãos:

● **A Malacologia: Fonte de interesse para cientistas e coleccionadores** – *Protão*, n.º 4, 2.ª série, Escola Militar de Electromecânica, Paço de Arcos, Agosto de 1988, pp. 70 a 76 ● **Heráldica no Exército** – *Jornal do Exército*, n.º 436, Lisboa, Abril de 1996, pp. 24 a 27 ● **A Presença de Moluscos na Heráldica** – *Dispersos*, n.º 2, 2000-2001, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos da Universidade Lusíada, Lisboa, 2001, ISSN: 972-8397--47-X, pp. 33 a 45 ● **Algumas Alusões a Lisboa e ao Tejo na Heráldica Castrense** – *Olisipo* Boletim do Grupo "Amigos de Lisboa", 2.ª série, n.º 16, Lisboa, Jan/Jun 2002, pp. 39 a 51 ● **As Conchas e a Heráldica, Cefalópodes, Gastrópodes, A Púrpura, Bivalves, Armas Falantes, Sant'Iago, Pessoas Célebres, Padrões Inspirados e Condecorações** – textos que fazem parte do catálogo da exposição *As Conchas e a Heráldica*, Museu do Mar – Rei D. Carlos, Cascais, 2002 ● **A Heráldica Autárquica em Portugal – um breve apontamento** – texto introdutório do catálogo *Exposição – Redescobrir o Brasão do Barreiro*, Câmara Municipal do Barreiro, Junho de 2002 ● **Artur Mário da Mota Miranda, Institucionais, Camoniana, Embarcações, Conchas** – textos que fazem parte do catálogo da exposição *Os Ex-Líbris e o Mar*, Museu do Mar – Rei D. Carlos, Cascais, 2003 ● **Heráldica na Cidadela** – *Jornal do Exército*, n.º 515, Lisboa, Fevereiro de 2003, pp. 40 a 46 ● **Símbolos Heráldicos da Artilharia Antiaérea** – *Boletim da Artilharia Antiaérea*, n.º 3, II série, Queluz, Outubro de 2003, pp. 20 a 29 ● **Emblema da "APE" versus Barretina** – *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 193, Lisboa, Abril a Junho de 2004, pp. 44 e 45 ● **Heráldica na Artilharia e Artilharia na Heráldica** – *Boletim da Escola Prática de Artilharia*, Vendas Novas, Dezembro de 2005, pp. 47 a 54 ● **Segismundo Pinto – Marcas inconfundíveis de uma forte personalidade artística** – *Contemporary International Ex-Libris Artists*, tomo 10, Lisboa, 2008, pp. 161 a 176 ● **A Heráldica Castrense na Figueira da Foz** – *Por terras da Figueira*, Figueira da Foz, 2008, ISBN: 978-972-99532-3-1, pp. 99 a 113.

Outras colaborações:

● Caligrafia chinesa para a capa do livro **500 Anos de Contactos Luso-Chineses** da autoria de Fernando Correia de Oliveira, PÚBLICO e Fundação Oriente, Lisboa, 1998, ISBN: 972-8179-28-6, DEP. LEGAL: PT -- 128793/98, CDU: 327(510+469)"15/19".

ISBN 978-989-20-2112-6



9 789892 021126